



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 13ª
(DÉCIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE
2015.
EM 05 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rafael Prudente a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A presente comissão geral, proposta pelo Deputado Rafael Prudente, conforme deliberação do Plenário mediante aprovação do Requerimento nº 104, de 2015, destina-se a debater o Projeto de Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	2

nº 142, de 2015, que “dispõe sobre a pauta de valores venais de terrenos e edificações para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, altera as Leis Federais nº 6.945, de 14 de setembro de 1981 e nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985; e as Leis nº 1.254, de 8 de novembro de 1996; nº 3.168, de 11 de julho de 2003; nº 3.804, de 8 de fevereiro de 2006; nº 3.830, de 14 de março de 2006; nº 4.022, de 28 de setembro de 2007; nº 4.242, de 10 de novembro de 2008; e nº 4.727, de 28 de setembro de 2011, e dá outras providências”.

Tendo em vista que hoje não haverá pronunciamento, eu quero, daqui da Mesa Diretora da Câmara Legislativa, manifestar a minha satisfação, que, creio, Deputado Dr. Michel, Deputado Wasny de Roure, Deputado Rafael Prudente, é uma satisfação de Brasília como um todo. O *Correio Braziliense* de hoje estampa, na sua manchete, que uma empresa norte-americana fez uma pesquisa no Brasil, e Brasília é indicada como a melhor cidade para se viver, meu companheiro Willemann, da nossa assessoria. Essa é a grande prova de que esta cidade que a gente ama, esta cidade de que a gente gosta, esta cidade a que a gente se dedica, está sendo reconhecida efetivamente pelo valor que ela tem, e não como a terra da corrupção como tentam pintá-la fora do Brasil. Até digo que aqui há corruptos, cuja maioria vem de fora, talvez em número muito menor do que no restante do Brasil.

Mas o mais importante é o registro, que hoje ganhou destaque com a manchete do *Correio Braziliense*, de que esta é a melhor cidade para se viver. Inclusive há uma música do Renato Russo, que eu diria que é uma verdadeira profecia que agora se concretiza, *Faroeste Caboclo*, em que ele diz que Brasília é, do meu País, o melhor lugar para se viver e se morar.

Portanto, parabéns, Brasília, por esse reconhecimento.

Chamo as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, para participarem desta comissão no plenário.

A seguir, esta sessão será presidida pelo Deputado Rafael Prudente, autor da proposição.

Declaro suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h27min, a comissão geral é reaberta às 15h41min.)

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Está reaberta a comissão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos nossos trabalhos. Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	3

geral para discussão sobre o Projeto de Lei nº 142, de 2015, que trata proposta de aumento de IPTU, TLP, e o fim da isenção de IPVA para carro zero quilômetro.

Convido para tomar assento à Mesa o Sr. Vice-Presidente do Conselho de Contabilidade, Adriano de Andrade Marrocos; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada – SINDESP, Irenaldo Lima; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SEAC, Antônio Rabelo; o Sr. Diretor do Sindicato dos Concessionários Distribuidores de Veículos do DF e Diretor-Geral da Brasal, Hélio Rodrigues Aveiro; e o Sr. Presidente da Associação Comercial de Brasília, Cleber Pires, que ainda não chegou.

Quero registrar a presença aqui neste plenário da nossa Ilustríssima e Excelentíssima Sra. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputada Celina Leão; da Deputada Liliane Roriz; do Exmo. Sr. Primeiro-Secretário da Câmara Legislativa do Distrito Federal e nosso Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro; do Deputado Bispo Renato Andrade; do Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite; do Deputado Rodrigo Delmasso, também aqui presente; da Deputada Telma Rufino; do Deputado Prof. Reginaldo Veras; do Deputado Chico Vigilante; do Deputado Ricardo Vale; do Deputado Wasny de Roure e do Deputado Dr. Michel, nosso xerifão Corregedor.

Quero aproveitar, também, a oportunidade para agradecer a todos os presentes, agradecer a todos que compõem a Mesa e dizer também que, nesta oportunidade, parabeno o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg – acho até que esta comissão, com certeza, ajudou nisso –, porque foi retirado o projeto de lei que estava nesta Casa que tratava do projeto de aumento das tarifas de IPTU, de TLP e a respeito do IPVA do primeiro ano. Parabeno aqui o Governador e sua equipe, que se sensibilizaram e retiraram esse projeto da pauta da Câmara Legislativa. Mas, a qualquer momento, também, esse projeto pode voltar. Do mesmo jeito que veio, ele voltou e pode voltar. Então, acho que podemos chegar aqui a um entendimento nesta comissão geral, neste plenário, hoje, de termos mais subsídios, de darmos um amplo debate, como o próprio Secretário de Fazenda sugeriu, que possamos ouvir aqui o setor produtivo, os empresários, as pessoas da comunidade em geral, para que possamos dar sugestões para o Governo do Distrito Federal que não sejam só aumento de tributos, aumento da carga tributária e aumento dos nossos impostos aqui no Distrito Federal.

Dando início aos trabalhos, eu queria já convidar o Sr. Primeiro-Secretário da Câmara Legislativa e Líder do Governo, Deputado Raimundo Ribeiro.

(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	4

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Informo às senhoras e aos senhores que o nosso cerimonial estará à disposição dos senhores presentes para fazer a inscrição, caso alguém queira fazer uso da palavra.

Eu gostaria de tirar uma dúvida que foi citada por um dos componentes da Mesa. O PL que foi retirado foi o Projeto de Lei nº 142, que trata do aumento da TLP, do IPTU e o fim da isenção do IPVA no primeiro ano. Ainda continua nesta Casa, para apreciação na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto de lei que trata do leilão da dívida. Aquelas empresas, por exemplo, que ficaram sem receber no último ano, até o dia 31 de dezembro de 2104. O governo tem um projeto para fazer o leilão dessa dívida.

Registro a presença do nosso companheiro e amigo, Deputado Juarezão.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Senhoras e senhores, quero, mais uma vez, cumprimentar todos os colegas Parlamentares aqui presentes, autoridades, servidores desta Casa, imprensa, representantes do setor produtivo do Distrito Federal. Agradeço-lhes a presença, bem como a todos os demais presentes. Vou iniciar minha fala hoje discorrendo um pouco sobre o direito de mudar e a responsabilidade solidária.

Senhoras e senhores, tenho assistido a debates acalorados aqui nesta Casa e também no governo sobre a herança deixada pelo governo passado, o rombo, o desequilíbrio nas contas, a crise na educação e na saúde. O governo faz alarde com a crise e propõe um amargo remédio, que é o aumento dos impostos. Vamos aqui fazer uma retrospectiva e voltar às eleições de 2010, quando estavam juntos, numa mesma chapa, o ex-governador, o atual governador e um senador recém-eleito, pedindo votos para aquele pleito. Será que o ex-governador ganharia as eleições sem o apoio do atual governador e de mais dois senadores eleitos pelo Distrito Federal? Provavelmente não. Portanto, foram solidários e responsáveis também pela gestão do governo anterior.

Faço agora um paralelo nas relações comerciais. Muitos de vocês presentes neste plenário, empresários, pagam aluguel da sede de suas empresas. Os contratos sempre exigem um ou mais fiadores, correto? No período contratual, os fiadores podem ter divergências, até um rompimento comercial ou mesmo de amizade com o locatário, mas isso não desobriga a sua responsabilidade de fiança até o término do contrato. Assim também deve ser na política.

Você pode discordar, brigar e romper ao longo do mandato, é seu direito. Mas, se você foi fiador na eleição, a responsabilidade solidária deve prevalecer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	5

durante toda a gestão. Esse é o meu ponto de vista, o que nos leva a acreditar que o governo atual é o corresponsável pela crise e desgaste do governo passado, que vem se estendendo para o atual governo.

Já temos 64 dias do novo governo, portanto, é hora de trabalhar, colocar um ponto final nisso, deixar de se justificar com a crise e as eventuais deficiências do governo. Enfim, buscar alternativas que não onerem ainda mais o bolso dos nossos contribuintes.

Recentemente chegou a esta Casa o Projeto de Lei nº 142, do governo, que trata do aumento das alíquotas de IPTU, TLP, IPVA, ICMS, entre outros. Esse projeto também acaba com a isenção do IPVA no primeiro ano de emplacamento dos veículos – que foi em parte aprovado neste plenário –, ficando para discussão posterior, dentre os mais relevantes, o IPTU e a TLP, um aumento absurdo, que no fim das contas pode chegar, em alguns casos, se fizermos as contas, a mais de 300%.

Não podemos deixar de destacar o Projeto de Lei nº 142, de autoria do Poder Executivo, que trata do leilão da dívida com fornecedores do GDF. Aproveito a oportunidade para fazer alguns questionamentos e reflexões. Será que a única saída para aumentar a receita seria o aumento da carga tributária? Será que o governo está cumprindo seu papel com o enxugamento da máquina pública, visto que anunciou a redução dos cargos comissionados? E reduziu. Porém, aumentou os salários dos que ficaram, tendo acréscimo de mais de 500 mil reais. Será que é mais uma saída dar calote nos fornecedores do GDF? Será que tal atitude não pode se virar contra o próprio governo, com menos oferta futura de fornecedores, bem como aumento de preços pela previsibilidade de calote? Será que vamos melhorar a economia do GDF, sangrando a saúde financeira dos nossos servidores públicos com a ameaça de verem seus salários reduzidos por leis teoricamente inconstitucionais? Será que vamos melhorar a economia da Capital, reduzindo os contratos terceirizados em mais de 20%, o que significa mais de 10 mil trabalhadores desempregados? Será que o aumento de impostos vai aumentar ou diminuir a arrecadação? Será que os que não fecharam as portas ainda vão conseguir sobreviver?

No meu entendimento, o que deveria ser leiloadado não é a dívida de fornecedor algum. O que tinha que ser leiloadado são os 15 bilhões de reais de ativos que o governo tem hoje. O que temos de fazer não é estrangular ainda mais o atual contribuinte, e sim aumentar a base de arrecadação com novos contribuintes, condenando e reduzindo a sonegação fiscal, trazendo a informalidade para a formalidade, e atrair novos investimentos de fora para dentro da nossa cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	6

Infelizmente, tivemos muitos presentes indesejáveis neste início de ano: aumento da gasolina, que passou de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) para R\$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos), até a última vez que eu vi. Aumento da energia elétrica em 24%; aumento da água em mais de 16%; do IPVA em mais de 15%. A população, com certeza, não suportará mais aumento algum.

O objetivo aqui hoje é encontrarmos novas saídas e novas sugestões para a situação pela qual estamos passando. Algumas já foram encontradas pela equipe do governo, como a aprovação da ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, resgate de alguns fundos para pagamento atrasado de servidores, e o próprio Refis, que provavelmente vai ser apreciado por esta Casa na próxima semana.

Para finalizar, quero deixar aqui alguns dados. Saliento, senhoras e senhores, matéria veiculada ontem pelo *Correio Braziliense*, que assim diz: "A arrecadação do DF está bombando. No segundo mês consecutivo de 2015, o recolhimento de tributos cresceu em relação ao mesmo período do ano passado. Em fevereiro, os impostos somaram 1,03 bilhões. Foi um aumento de 19%, o que corresponde a 168 milhões de reais a mais nos cofres do governo. Em janeiro, o crescimento foi de 11%. Os dados são do Siggo".

Aproveito para trazer, mais uma vez, a esta tribuna um comparativo de orçamentos *versus* população, de alguns estados do nosso País em comparação com o GDF. Já disse aqui e repito: Pernambuco tem orçamento de 32 bilhões de reais com população de 8,7 milhões de habitantes aproximadamente; Goiás, nosso vizinho, tem orçamento anual de 25 bilhões de reais com população de 6,5 milhões de habitantes aproximadamente; Ceará tem orçamento de 23 bilhões, com população de pouco mais de 8 milhões de habitantes; no Distrito Federal, se formos fazer essa comparação, sairemos muito à frente. Temos orçamento de 37 bilhões de reais, com população de pouco mais de 2,8 milhões de habitantes.

A pergunta é: está clara a ineficiência e o inchaço do estado? Como os outros estados conseguem pagar suas contas em dia com um orçamento tão inferior? Como explicar para a população do DF que precisamos incrementar mais ainda a receita do GDF com o aumento de impostos nesse patamar?

Finalizando, eu gostaria de registrar a justificativa de ausência do Secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Arthur Bernardes, e da Secretária de Planejamento, Sra. Leany Lemos, que nos ligou dizendo que não estaria presente na presente comissão geral, e lamentar a ausência de membros do governo que deveriam estar aqui dando explicações à população do Distrito Federal. Mas tenho certeza de que a falta deles será compensada pela rica contribuição do setor produtivo e da classe trabalhadora aqui representada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	7

Desde já quero, mais uma vez, parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg por retirar desta Casa o Projeto de Lei nº 142, que trata do aumento de alguns impostos, como a TLP e o IPTU, mas da mesma forma que voltou para lá, ele pode retornar a esta Casa. O nosso interesse hoje é sair daqui com boas sugestões para que esse projeto não volte mais a esta Casa, para que esse projeto seja não só devolvido, mas enterrado de uma vez por todas. E isso.

Muito obrigado.

Passo a palavra aos membros da nossa Mesa. Primeiro, ao. Sr. Diretor do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal e Diretor da Brasal, Hélio Rodrigues Aveiro.

SR. HÉLIO RODRIGUES AVEIRO – Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente; Srs. Deputados aqui presentes e toda a composição da Mesa, pessoas que estão aqui para nos ajudar nessa missão de trabalhar o Orçamento, eu represento aqui a categoria dos concessionários de automóveis, de veículos novos de Brasília.

Nós estamos aqui, neste momento, buscando o apoio para que se mantenha a aplicação da Lei nº 4.733, de 2011, que isenta do IPVA no primeiro ano, porque nós tínhamos uma queda muito grande nas vendas de Brasília em função de o Estado de Goiás já estar aplicando isso há algum tempo, o IPVA zero. Nós tínhamos muita demanda de clientes nossos que iam comprar no Estado de Goiás em função desse benefício. Nós fizemos uma exposição ao governo e o governo acabou sancionando essa lei para nós em 2011.

Nós tivemos aqui algumas justificativas para isso. Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de distribuir o material. Eu pediria à Magali, nossa diretora, para distribuir aos Deputados aqui presentes esse material.

Nessa demonstração, Sr. Presidente, nós mostramos que o IPVA anteriormente cobrado era de 3%. Nós tivemos, já em 2011 – com aplicação em 2012 – a isenção do IPVA, que nós não chamamos de isenção, tanto é que nós a intitulamos aqui de postergação porque não se recolhe o IPVA no primeiro ano. É isento, mas a recuperação desse IPVA se faz no segundo e no terceiro ano, quando nós teríamos, então, a cobrança de 3,5% no segundo, 3,5% no terceiro e 3,5% no quarto ano. Por que 1,5%? Porque o IPVA é 3% no início do ano. O percentual é em relação ao mês de aquisição do automóvel. No segundo semestre, ele já caiu para a metade. Então, nós fizemos uma proporção de 1,5%, até mesmo porque, no segundo semestre, vendem-se mais automóveis do que no primeiro semestre. Então, na verdade, essa conta é bastante favorável. Essa redução nos ajudou muito, tanto que, na segunda página, nós temos aí uma demonstração clara de aplicação dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	8

medida com a recuperação do IPVA nos três próximos exercícios. Nós temos, no final, 10.5 em cobrança normal. Quando estivermos no ano de 2018, terceiro ano já de cobrança dos 50% a mais – então, seria 10.50 –, nós voltamos a recuperar aquilo que deixamos de cobrar no primeiro ano.

Nós tivemos um crescimento muito claro no comércio do Distrito Federal. Tínhamos, em 2003, uma concessionária só em Valparaíso, cidade do estado que faz divisa aqui com o Distrito Federal. Nós tínhamos apenas uma concessionária. As vendas lá eram de 272 carros. Em 2011, já havia cinco concessionárias lá vendendo 2349 carros. Com a aplicação da isenção do IPVA, em 2014, esse número de 2349 já voltou para 1259. Nós tivemos aí uma recuperação muito grande em termos de vendas no Distrito Federal, o que aumentou naturalmente a arrecadação. Isso representou 1.16 do que vendeu até 2011.

Outros estados que fazem confronto conosco têm também a isenção. Não é somente Goiás. Temos também Tocantins e Mato Grosso. Nesses três estados há essa isenção.

Nessa demonstração posterior, a questão do recolhimento do IPVA fica realmente até insignificante em relação à perda de recursos que o governo tem. Se a pessoa vai comprar no estado vizinho, que é 0% de IPVA, ela vai deixar lá também o ICMS, que é de 12%. Com isso, nós temos uma perda de receita muito grande. Uma diferença de percentual elevada. Para o IPVA do carro médio, que é de R\$825,00, o ICMS é R\$4.700,00; para o IPVA do carro grande, que é R\$1.350,00, o ICMS é R\$7.850,00. Então, nós temos aí uma perda de receita muito maior do que o próprio IPVA, que a gente não deixa de receber, apenas postergamos o recebimento.

Com a aplicação da Lei nº 4.733, nós tivemos uma vantagem muito grande. O número de concessionárias hoje, inclusive, é de 140 concessionárias na cidade. Nós tínhamos, no início, um percentual muito baixo e, com esse crescimento da população de Brasília, nós conseguimos aumentar bastante esse número de concessionárias e, conseqüentemente, o número de empregos. Hoje nós temos 10 mil empregos diretos e 3 mil empregos indiretos. É evidente que, se não houver esse apoio do governo, muitas empresas vão fechar. As concessionárias vão fechar porque não terão receita para se sustentar e, com isso, nós teremos perda de oportunidades de trabalho.

Nós temos também um exemplo claro, como o senhor citou agora mesmo na sua apresentação, de que a receita se faz é através da iniciativa privada na geração de emprego e na produção de serviços e produtos na cidade. Eu, inclusive, tenho observado que, muitas vezes, passam pelo nosso estado oportunidades de empresas que poderiam ser instaladas aqui. Infelizmente, elas não têm acerto com o governo e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	9

vão para o Estado de Goiás. Temos vários exemplos disso, o que nos deixa muito preocupados porque o governo não emprega todo mundo. A iniciativa privada fica responsável, inclusive, por essa missão de dar emprego para as pessoas desde que haja condições, desde que haja incentivo do governo para isso.

Então, eu gostaria muito de ser ouvido nessa questão nossa de manutenção do IPVA zero, para que não percamos mais ainda a oportunidade de emprego e também de geração de impostos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Antes de passar a palavra para o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SEAC, Antônio Rabelo, quero registrar a presença das seguintes pessoas: Sr. Fernando Varanda, Prefeito da Prefeitura do Lago Norte; Sr. Edlamar Batista Pereira, Presidente da Associação dos Moradores do Lago Sul; Sr. Flávio César de Oliveira, Gerente da Apeçê Serviços Gerais; Sr. Lewander Francisco Pedrosa, Analista de Negócios da ASTEM; Sr. Fábio de Carvalho Soares, Administrador da ASTEM; Sr. Eraldo Magalhães de Queiroz, da Manchester; Sr. José Germano de Azevedo, Gerente Geral da empresa Ipanema; Sra. Samira Borges Silva, Assessora Comercial da Juiz de Fora Vigilância; Sr. Alexandre Araújo, Diretor Comercial da Aval Segurança; Sr. Miguel Novais, Gerente Administrativo da Manchester.

Passo a palavra para o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SEAC, Antônio Rabelo.

SR. ANTÔNIO RABELO – Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, Deputado Rafael Prudente; Sr. Vice-Presidente do Conselho de Contabilidade, Adriano de Andrade Marrocos; Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Irenaldo Lima; Sr. Diretor do Sindicato dos Concessionários Distribuidores de Veículos do Distrito Federal e Diretor-Geral da Brasal, Hélio Rodrigues Aveiro, primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada para que pudéssemos vir a esta Casa manifestar a nossa situação em relação às empresas de terceirização de mão-de-obra no Distrito Federal.

Trago aqui uma preocupação, e os empresários que aqui estão presentes também, porque hoje as empresas de terceirização de mão de obra que prestam serviços especificamente ao Governo do Distrito Federal encontram-se numa situação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	10

de precariedade e têm uma insegurança enorme de como serão os próximos meses, os próximos dias deste ano.

Temos hoje um passivo financeiro de serviços prestados e executados do ano de 2014 que chega a valores muito maiores do que 100 milhões, 200 milhões de reais, e as empresas não têm segurança de como se dará o pagamento dessa dívida. Fala-se em uma possibilidade de leilão da dívida, o que seria uma temeridade, pois, para vocês terem uma ideia, mais de 90% da composição dos custos dos serviços de terceirização é referente a salários, encargos, benefícios e impostos.

As empresas possuem uma margem muito pequena de lucro para poderem suportar, oferecerem um desconto, para receberem algo que é um direito delas. Hoje, as empresas enfrentam uma dificuldade financeira enorme, exatamente pela falta desses pagamentos. Ainda mais, hoje, ainda se fala na possibilidade real de uma redução em torno de 20 a 25% do efetivo de trabalhadores, o que, regra geral, trará um desemprego enorme para o Distrito Federal – hoje, talvez, em torno de quinze mil famílias poderão ficar desabrigadas –, bem como uma perda de receita para o próprio GDF e para as empresas. Muitas empresas talvez não tenham como honrar esses compromissos e fecharão suas portas. Empresas que hoje são geradoras de emprego, arrecadoras, contribuintes de ISS para o Distrito Federal. Empresas que têm em média quarenta anos de serviços prestados ao Distrito Federal. Empresas cuja vida foi trabalhar no sentido de buscar a oportunidade de geração de emprego e que hoje estão praticamente numa situação falimentar. Empresas que nunca passaram por essa situação em nenhum único governo e que, de repente, não sabem se vão ter o recebimento de suas faturas, que agora já começam a atrasar novamente no ano de 2015. Amanhã é o dia de pagamento de uma folha, e os empresários estão hoje sem saber como vão poder honrar esses compromissos, não sabem mais se o banco vai poder emprestar dinheiro, estão pagando juros para os bancos.

Então, a nossa situação hoje é extremamente séria, extremamente preocupante. É por esse motivo que nós agradecemos essa oportunidade, Deputado Rafael Prudente, que nos permite vir aqui e externar essa situação, para que os Srs. Deputados possam também ter conhecimento da nossa condição. Quem sabe, quando chegar a esta Casa o projeto de lei que trata da negociação de desconto da dívida, que isso seja, de alguma maneira, repudiado pelos senhores.

Nós hoje somos empresas que geram empregos, que geram impostos e que precisam ter garantia de sobrevivência para continuarem gerando essa receita para o Distrito Federal. Somos os maiores empregadores de mão de obra do Distrito Federal com certeza absoluta. Não existe nenhuma outra atividade econômica em Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	11

que empregue mais do que a terceirização de mão de obra, envolvendo aí também o segmento de vigilância. Nós hoje, com certeza absoluta, somos uma fonte de renda para o Governo do Distrito Federal sem precedentes. Estamos correndo o risco de, de repente, não conseguirmos mais honrar esses compromissos, pela inadimplência que o governo tem ocasionado.

Eu agradeço a atenção dos senhores e, mais uma vez, agradeço a oportunidade que nos está sendo dada por esta Casa na presença do Deputado Rafael Prudente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Sr. Antônio Rabelo.

Quero registrar aqui a presença do Sr. Presidente da Associação Comercial de Brasília, Cléber Pires e o convido a compor a mesa.

Eu queria só complementar algumas coisas aqui que foram ditas aqui pelo Sr. Antônio Rabelo.

É bom lembrar que a grande maioria desses serviços de terceirização é tabelada pelo Ministério do Planejamento. Então, acho muito difícil acontecer sobrepreço, até porque tudo é auditado aqui no Distrito Federal pelo Tribunal de Contas e o Ministério do Planejamento tabela a maioria dos preços hoje. Pelo histórico do que nós vemos acontecer no Distrito Federal, quando se colocam as empresas de um modo geral numa situação como essa, numa situação falimentar, o governo é solidário. Então, se, por acaso, alguma empresa quebrar ou alguma empresa vier à falência e não pagar os direitos dos trabalhadores e, no caso, o contratante for o Governo do Distrito Federal, quem vai pagar essa conta duas vezes será o Governo do Distrito Federal.

Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Distrito Federal – SINDESP/DF, Irenaldo Lima, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, vou primeiramente pedir desculpas aos que ainda vão falar, mas preciso falar agora, pois terei que sair logo.

Deputado Ricardo Vale, quero pontuar uma questão que é muito importante. Eu estou Deputado, mas sou trabalhador terceirizado. Até hoje, tenho vínculo empregatício com uma empresa aqui do Distrito Federal. A primeira empresa onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	12

trabalhei foi a Juiz de fora; depois, a Fiança e agora, a Service. E sou o fundador do Sindicato dos Vigilantes, primeira associação.

Estamos em um processo, desde 1979, quando assinamos a nossa primeira convenção coletiva – há pessoas aqui, como o Dr. Miguel, que estava lá na primeira vez –, de enxugamento dos preços de contratos terceirizados. É preciso que se diga isso! Fomos enxugando, enxugando e colocando mais encargos, mais benefícios para os trabalhadores terceirizados. Tanto na área de vigilância, como na área de limpeza. E é preciso que a sociedade compreenda, especialmente a imprensa... porque muitas vezes a imagem que foi criada é a de que é um conjunto de empresas que só querem saber de lucro, de espoliar. É isso que é dito.

Mas é preciso que se diga que cerca de 90% de uma empresa terceirizada hoje se resume à mão de obra. É gente, Deputada Celina Leão! Portanto, não se pode tratar uma de empresa de prestação de serviços terceirizados, quer seja de vigilância, quer seja de limpeza, do mesmo jeito que se trata outra empresa. É diferente! E os diferentes têm que ser tratados com a sua diferença. Logo, não há como prosperar essa proposta colocada, do leilão da dívida das empresas que prestaram serviços, da concessão de um abatimento de 20%. Se for dado um abatimento de 20%... A primeira coisa que deveria ser feita era colocar todos os órgãos de fiscalização e mandar prender os caras. Como eles estavam ganhando 20%? Tiraram de onde esses 20%? Isso não existe!

Creio que o Governador Rodrigo Rollemberg terá a sensibilidade necessária para não ouvir a equipe da Secretaria de Fazenda nesse caso.

Onde deve ser concedido, no caso de leilão de dívida? Pode-se até dar um abatimento àqueles que não pagaram os impostos. Estava ali; era devido – todos sabem –, mas, por algum motivo, não se pagou. Agora, em prestação de serviços, não. Não há como se dar esse desconto, esse abatimento. Falo isso com a mais absoluta tranquilidade, porque, nesse caso, os empresários que estão aqui sabem da minha dureza nas mesas de negociações. Não dá para fazermos esse tipo de coisa.

Da mesma forma, a questão do IPVA zero, já tão bem pontuada pelo D. Hélio. Por que não podemos acabar com o IPVA zero no Distrito Federal? Na verdade, Dr. Hélio e Cleber, o IPVA zero hoje serve muito mais como marketing das empresas do Distrito Federal, porque existe em Goiás e em outros estados. Desafio alguém a me dizer se estamos perdendo alguma coisa no Distrito Federal. Muito pelo contrário. Estamos ganhando. Porque os carros aqui, antes de aprovarmos a lei, Deputado Wasny de Roure, não eram vendidos. Tanto, que – o Dr. Hélio já disse e eu repito – Valparaíso estava com cinco concessionárias, mas parou! Se acabarmos com o IPVA zero, vai crescer a venda de lá, porque tem gente comprando até em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	13

Tocantins. O governo precisa de dezesseis votos. Nós não podemos aprovar, em hipótese nenhuma, a questão do IPVA zero.

No caso do IPTU, Deputado Rafael Prudente, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, fizemos um estudo e o disponibilizamos para a imprensa. E, aí, e louve-se a atitude do Jornal *Correio Braziliense*, que deu destaque, deu capa, e conseguimos barrar isso por enquanto. Parecia que os aumentos, para a opinião pública, da maneira que eram transmitidos pelo governo, eram só 20%. Mas não eram.

Com a licença de V.Exa., vou ler uma tabela rapidinho, para encerrar minha participação. A proposta que estava colocada dava, no caso do Plano Piloto, a média de 108%; no SMPW, 138%; no Setor Dom Bosco, 30%; no Cruzeiro, 127%; no Sudoeste, 93%; no Lago Norte, onde o Deputado Wasny de Roure mora, 101%; no Lago Sul, 94%; na Candangolândia, 82%; em Brazlândia, 47%; no Catetinho, 59%; na Ceilândia, 59% a média; no Gama, 53%; no Guará, 73%; no Itapoã, 73%; no Núcleo Bandeirante, média de 86%; em Planaltina, 49%; em Samambaia, 70%; em Sobradinho, cidade do Deputado Ricardo Vale, 81%; em Taguatinga, 59%; no Recanto das Emas, 64%; no Riacho Fundo I, 70%; em Santa Maria, 64%; em São Sebastião, 66%; nos condomínios, média de 117%; no Condomínio Rural Recanto dos Nobres, 659%; em Taquari, 81%; no Varjão, 71,64%; na Estrutural, 88%; na Vila Planalto, 59%; em Vicente Pires, 117%; na Vila Wesley Roriz, 48,61%.

Isso ia ser feito da seguinte maneira, Deputado Ricardo Vale, Deputado Wasny de Roure, Deputada Celina Leão, Deputado Prof. Reginaldo Veras: 20% a cada ano, mais a inflação. Se a inflação fosse 7%, daria 27%. Isso faria com que o pessoal lá do condomínio, onde é 659%, demorasse 33 anos para completar o valor.

Quando levantamos isso – daí a importância do papel do Poder Legislativo –, quando fizemos os estudos necessários e o papel de uma oposição vigilante, houve uma revolta na cidade, ninguém aceitou e o governo teve que retirar isso. Mas ele está elaborando outra proposta. Vamos analisá-la e divulgá-la novamente para a sociedade. Ela terá que vir dentro dos parâmetros aceitáveis, até porque o último grande aumento que houve foi em 2008, de cerca de 16%.

Outro ponto importante: os mecanismos que foram adotados no governo anterior aumentaram a arrecadação no Distrito Federal. A arrecadação, Irinaldo, nosso companheiro Índio, do mês de fevereiro, comparando com fevereiro de 2014, aumentou 20%. Esta é a única unidade da federação onde a arrecadação está aumentando. O que precisa acontecer é o governo parar de assustar o setor produtivo. Na hora em que se assusta o setor produtivo, para-se de gerar emprego. Na hora em que se para de gerar emprego, as pessoas não compram. Na hora em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	14

que não compram, a economia para. E, na hora em que a economia para, vem o desemprego, a insegurança e a intranquilidade. É muito importante o setor produtivo e os trabalhadores darem-se as mãos, para que possamos fazer com que a população não seja penalizada.

Quero concluir dizendo o seguinte sobre leilão de dívida de empresa terceirizada: contem com a posição contrária dos quatro Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque eu conheço essa realidade e não vamos permitir que vocês sejam massacrados. Até porque o que nós queremos, Deputado Rafael Prudente, é que todos os acordos que nós assinamos, que são duros, muitos através de greves, sejam cumpridos. Há uma série de repactuações que têm de ser feitas ainda.

É preciso ficar claro, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, em qualquer economia, mas especialmente aqui no Brasil, quem gera emprego mais direto é o setor da construção civil e o setor de serviços, porque geram mais rápido. Quer fazer distribuição de renda? Fortaleça as empresas para gerar mais emprego porque é a única maneira de se dar dignidade às pessoas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, sempre brilhante, sempre deixando claras suas posições, suas colocações.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra à nossa Presidente Deputada Celina Leão, que nos dará uma palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de cumprimentar pela iniciativa o nosso jovem Deputado que já vem se destacando, Deputado Rafael Prudente, cumprimento também o Sr. Vice-Presidente do Conselho de Contabilidade, Adriano de Andrade Marrocos, meu amigo querido; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada – SINDESP, Irenaldo Lima; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal – SEAC, Antônio Rabelo; o Sr. Diretor do Sindicato dos Concessionários Distribuidores de Veículos do DF e Diretor-Geral da Brasal, Hélio Rodrigues Aveiro; o meu amigo e companheiro Presidente da Associação Comercial de Brasília, Cléber Pires.

Deputado Rafael Prudente, eu fiz questão de passar nesta comissão geral, e esta Casa está de parabéns, porque desde que iniciamos os trabalhos, todas as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	15

quintas-feiras, nós estamos discutindo temas pertinentes à cidade. E a sensibilidade de V.Exa. de trazer esse tema para o plenário é muito importante.

Eu quero fazer algumas observações, Deputado. Como Presidente desta Casa, tenho recebido vários grupos, e é impossível não se sensibilizar diante da crise econômica que a nossa cidade está vivendo. E hoje a crise econômica não atinge somente alguns setores. Ela atinge a nossa cidade em cheio. Está aqui o Presidente da Associação Comercial que pode confirmar a minha fala. Quando se passa, os comércios estão fechados, as lojas fechadas, e a arrecadação caindo. E isso é fruto de uma crise econômica grave nacional e local. É um processo de falta de pagamento. Nós vivemos numa cidade administrativa, onde o atraso dos recursos públicos causa uma crise em cadeia. Mas é importante fazermos alguns apelos para não matar a nossa cidade. Como uma empresa sobrevive dez meses sem receber o pagamento de prestação de serviços?

Deputado Rafael Prudente, vocês podem confirmar o que eu estou falando: os atrasos não começaram agora, em janeiro ou fevereiro. São atrasos, alguns que começam a partir de julho do ano passado e que chegam a um montante em que ou a empresa quebra, fecha as portas e vai embora – e são milhares de pais de famílias que ficarão desempregados – ou o governo faz uma programação de pagamentos. É isto que esperamos que o governo faça: uma programação para quitar as dívidas. E não é só na área de terceirizados. Eu recebi no nosso gabinete, Deputado Wasny de Roure, algumas entidades: ADEMI – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal, ASBRACO – Associação Brasileira de Construtores, e SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, com milhões pendentes ainda, que também causam uma demissão em massa. Foram demitidos 50 mil trabalhadores da construção civil, Deputado. Nós estamos vivendo uma crise econômica, e o recurso precisa voltar para o Distrito Federal. O dinheiro continua faltando no mercado, e ele só volta quando volta o cronograma de pagamento, quando o pai de família recebe, compra no supermercado, compra o carro. Quem vai comprar se não sabe quando vai receber?

E aí sou muito solidária porque tenho vivido as angústias por que o Governador tem passado em razão da falta de recurso. Ora, se houvesse recurso, por que o PT não teria pago? Estamos falando aqui de atrasos de seis meses, sete meses, não são atrasos que começaram no mês de janeiro. Então, há falta de recursos, há claríssima falta de recursos, e a falta desses recursos está comprovada principalmente no cancelamento dos empenhos que aconteceu no final do ano passado. E por que aconteceu o cancelamento de empenhos de coisas que já haviam sido iniciadas e executadas? Para não haver uma confirmação das dívidas que existem. Vou dar um exemplo claro disso, Deputado Wasny de Roure: as creches,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	16

que são construídas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, tiveram as construções iniciadas, e foi cancelado o empenho no meio dessa construção. Estou dando esse exemplo, mas, como ele, temos igualmente quase dois bilhões em coisas que iniciaram no ano passado e tiveram o empenho cancelado.

Então, é extremamente político falar que temos dinheiro. Nós não temos dinheiro, mas temos que buscar o dinheiro, não podemos ficar com esse discurso de que não temos, não temos. Nós temos que ir atrás de gerá-lo no mercado financeiro, e aí há de se ter criatividade e acatar as inúmeras, inúmeras sugestões que têm aparecido, seja do cidadão simples, comum, que as manda por *e-mail*, seja de economistas graduados, que têm apresentado excelentes sugestões. E aqui quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal. Está aqui o Presidente da Associação Comercial, e ele sugeriu que implantemos o Zona Azul na área central de Brasília. Existem poucas capitais do Brasil onde não se cobra estacionamento. Brasília é uma das únicas. Foi feita uma simulação no centro de Brasília, e demorou duas horas para o carro do Corpo de Bombeiros entrar, ou seja, se houvesse incêndio, todo mundo morreria sem que o carro do Corpo de Bombeiros chegasse. Uma área que deveria ser coletiva foi privatizada por quinhentos carros, mil carros que a usam. As lojas estão fechando, ninguém visita aquele comércio. Então, seria uma excelente fonte de renda para a crise que estamos vivendo.

Acho que o apelo dessas pessoas que estão sentadas aqui é: vamos usar a nossa criatividade! Quero parabenizar o Governador do Distrito Federal porque exonerou a administradora que puniu a população que estava tentando ajudar o governo. Você não pode punir quem está tentando ajudar o governo. Todo mundo está aqui querendo ajudar o governo porque sabe que depende dele para muitas coisas.

Este Poder Legislativo tem muitas, muitas ideias. Quero falar aqui, Deputado Wasny de Roure, até para fazer uma referência, que a ideia de usarmos os fundos para pagar os servidores públicos – que inclusive nos ajudou a pagá-los em dia agora – foi uma sugestão que surgiu do próprio PT. E essa sugestão, em determinado momento, teve que ser acatada devido à gravidade da crise. Então, acho que é muito importante, neste momento, as pessoas terem boas ideias, boas ações, para que não deixemos o Distrito Federal quebrar, porque ações que punam os empresários, seja dando desconto em leilão de dívidas, seja aumentando os impostos cada vez mais – o que a população já não aguenta mais – , nós vamos quebrar o Distrito Federal. Nós temos que ter ideias criativas, e aí vai este nosso apelo: vamos tentar resolver o problema financeiro do Distrito Federal até dezembro. Se não conseguirmos arrecadar os fundos, aí vamos pensar em IPTU, mas temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	17

que dar um crédito à população, à economia, a iniciativas criativas que venham a surgir deste Poder.

O REFIS – Programa de Recuperação Fiscal já é, eu tenho certeza também, uma iniciativa positivíssima por parte do governo, que dá uma demonstração de que ele está pronto para ter novas ideias.

Nós temos uma sonegação de ISS altíssima, Deputado Rafael Prudente, no Distrito Federal. Há alguns que pagam demais e outros que não pagam nada. Nós temos também que combater a sonegação fiscal, com formas criativas de se fazer isso.

Eu quero parabenizar o Deputado Rafael Prudente pela iniciativa de abrir a Casa para este debate; é um Deputado jovem, mas que vem atuando de forma brilhante.

Eu gostaria de fazer alguns cumprimentos: ao Deputado Robério Negreiros, ao Deputado Ricardo Vale, ao Deputado Wasny de Roure, ao Deputado Reginaldo Veras e a todos vocês que buscaram esta Casa como um caminho de interlocução.

Eu tenho dito, e falo sempre com muita franqueza, que este é o Poder que irá buscar soluções para os problemas que temos hoje, que vivemos no Distrito Federal. São iniciativas como essa do Deputado Rafael Prudente que abrem os ouvidos do Poder Executivo para escutar as pessoas que estão falando.

A necessidade urgente que temos é que aconteça um cronograma básico de pagamento para todos os que devem. A informação que tivemos, Deputado Rafael Prudente, é de que, após o pagamento da folha, na sexta-feira, vamos estar com 23 milhões só para terminar de custear toda a máquina pública – naquele dia; é claro que em todos os dias entrarão impostos. Portanto, a situação é muito grave. Mas dentro disso temos que ter uma programação. O empresário tem que saber o dia em que vai receber, porque esta crise em cadeia pode levar nossa cidade também para o buraco.

É isso, Deputado.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu quero aqui agradecer as palavras da nossa Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão, e parabenizar S.Exa. pela brilhante condução dos trabalhos que vêm sendo desempenhados nesta Casa, sempre se prezando pelo diálogo e pelo bom senso. Eu não me lembro de nenhum projeto aprovado neste ano que não tenha sido pautado por amplo debate, sempre se acatando as sugestões de todos os Deputados presentes nesta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	18

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta comissão geral, Vice-Presidente da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rafael Prudente, eu quero cumprimentar o Sr. Vice-Presidente do Conselho de Contabilidade, Adriano de Andrade Marrocos; o Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Irenaldo Lima; o Sr. Presidente do Sindicato Patronal das Empresas de Asseio e Conservação, Antônio Rabelo; o Sr. Diretor do Sindicato dos Concessionários Distribuidores de Veículos, que já esteve aqui conosco, Hélio Rodrigues Aveiro; e o nosso Sr. Presidente da Associação Comercial de Brasília, essa figura tão querida e conhecida de todos nós, Cleber Pires.

Eu quero ser bem objetivo. Creio que o grande problema que estamos vivendo nesses últimos meses é um processo de politização de um problema que se repete a cada mudança de governo.

Eu era secretário do governo Cristovam. Ao suceder o Governador Roriz, nós tínhamos uma dívida de 120 milhões. E depois eu fui criticado por ter pago. Eu era o Secretário da Fazenda, e fizemos o dever de casa. Fico admirado, porque as nossas responsabilidades, quando ganhamos ou perdemos um processo eleitoral, são conhecer, em primeiro lugar, a magnitude das dificuldades que vamos enfrentar.

Eu sempre tive um apreço pelo nosso Governador Rollemberg, até porque temos caminhado juntos ao longo desses anos, exceto nesse último pleito eleitoral. E o reputo um homem idôneo, um homem sério. Temos as divergências do processo, mas, se tenho divergências no meio da minha família, não vou ter na própria política? É natural.

Entretanto, ao mesmo tempo em que esse cenário foi tão demonstrado como um enorme caos, nós tivemos até um rápido... Estamos com sessenta dias de governo, um pouquinho mais. O governo, que teve uma lei recentemente aprovada aqui, diz que não precisa mais dela – a ARO. Também anunciou que o procedimento de pagamento de acordo com a faixa de remuneração do servidor, da qual fez um escalonamento, já não é mais necessário. De repente, também, de uma maneira muito satisfatória, houve um crescimento significativo na arrecadação do mês de fevereiro, de 19%, segundo alguns – eu ainda não recebi os números, estou um pouco em defasagem quanto a isso.

Não vou dizer, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que nós não temos problemas. Nós temos vários problemas. Sabemos que hoje, em orçamento, a definição de vinculado é uma coisa muito presente, e nós temos que ter noção dele. Brasília, querendo ou não, tem uma enorme resposta que vem da União, que é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	19

Fundo Constitucional do Distrito Federal. isso faz toda a diferença para que nós possamos tratar essa situação no tempo, com a responsabilidade de cada um.

Agora eu queria entrar no debate do IPTU, que é a pauta propriamente dita. Eu tenho aqui toda a evolução da legislação de 2004 para cá. Em primeiro lugar, eu creio que o grande equívoco do governo ao caminhar não é tanto com relação à legitimidade do processo, mas, sobretudo, quanto ao cenário. O cenário de 2015 é adverso.

Hoje estive, com o Deputado Juarezão, conversando com o Ministro da Previdência sobre a possibilidade de colocar na pauta de construção do Ministério da Previdência a unidade do INSS na cidade de Brazlândia. É um projeto da ordem de 1 milhão e 100 mil reais. O Ministro falou para mim: "Wasny, nós não iremos construir uma única unidade neste ano no Brasil. Nós estamos em fase de extrema contenção com relação aos gastos, sobretudo investimento naquilo que nós, neste momento, pudermos protelar".

Ou seja, o cenário é de dificuldade. Isso se demonstra, também, nos parâmetros salariais dos servidores públicos, sobretudo dos servidores públicos federais, que vêm com seus níveis remuneratórios em contenção maior que os do Distrito Federal. Consequentemente, o quadro de aplicar aumentos tributários de natureza direta, que é a figura do IPTU, reverte-se de uma particularidade extremamente desgastante para quem está no exercício da vida pública.

Vamos aos números. As receitas de IPTU do Distrito Federal em 2009, para se ter ideia, eram de 364 milhões – isso eu vou falar em termos reais. Há previsão para o ano de 2015 de 648 milhões de reais, praticamente 18% do que foi arrecadado no ano passado. Provavelmente, o número não será atingido e, consequentemente, o crescimento não será o mesmo.

A primeira iniciativa que caberia ao governo, absolutamente legítima, absolutamente nos parâmetros da administração pública, sem nenhuma medida legislativa, seria aumentar a base da arrecadação com a incorporação das ampliações, incorporação de imóveis, etc. É verdade que os imóveis comercializados formalmente são incorporados na estrutura da arrecadação; entretanto, sabemos que em Brasília há um conjunto enorme de imóveis que sequer estão escritos na relação dos imóveis tributados. No Governo Cristovam foi feito um trabalho de ampliação, de incorporação dos imóveis, condomínios e tal, e naquela ocasião conseguimos crescer a arrecadação em torno de 48%.

A nossa legislação é extremamente rica do ponto de vista dos limitadores. É verdade que o governo tem uma preocupação correta no sentido de colocar Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	20

em um patamar mais ajustado às demais cidades, que sequer têm equipamentos públicos da qualidade que Brasília pode oferecer para a sua população. Mas o momento é extremamente ingrato, o momento é extremamente difícil para que façamos uma política de nivelamento de alíquota e de base de arrecadação.

Portanto, Deputado Rafael Prudente, considero extremamente prudente o governo ter limitado a revisão tributária apenas no que diz respeito à cobrança da gasolina, etc., que ainda assim é um desgaste enorme, mas o IPTU é um tributo altamente sensível no interior da nossa população. É altamente sensível! E temos uma questão, Deputado, extremamente grave e preocupante: com a queda dos preços dos imóveis em Brasília... Há imóveis que estão registrados em parâmetros e valores que hoje não são mais preços de mercado. Os preços de mercado estão inferiores a alguns valores de imóveis vendidos no Distrito Federal nos últimos dois anos. Portanto, há cidadãos, há endereços que vão pagar um IPTU que hoje, em parâmetro de mercado, não encontraremos.

Então, precisamos ter um pouco essa cautela. Eu sei que temos um conjunto enorme... Vamos aqui falar da Ponte Alta, do Setor Habitacional Águas Quentes. É bem verdade que são áreas de população extremamente carente. Na própria região de Santa Maria, de Samambaia, que são áreas que estão incorporando novos empreendimentos, sobretudo para a população de classe média. Gama, Samambaia, Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia hoje são localidades que acomodam uma faixa da população. Estes imóveis mais recentemente vendidos no Distrito Federal não encontram... E que foram registrados, pelo menos se espera que tenham sido registrados no cartório aos parâmetros de mercado. Sabemos que, em função do ITBI, às vezes, as pessoas deixam de registrar o valor real de mercado. Teremos provavelmente um conjunto de imóveis que estará sendo tributado no seu IPTU do ponto de vista maior do que a própria pauta, como também maior do que o próprio valor hoje corrente no mercado, porque há um recuo do mercado imobiliário do Distrito Federal, assim como em todo o País.

Por último, eu gostaria aqui de afirmar a nossa posição com relação à questão do IPTU. Eu gostaria, Deputado Rafael Prudente, que o governo fizesse primeiro uma avaliação do recadastramento como uma forma de atualização da sua capacidade arrecadatória do IPTU, para depois, sim, pensar em uma alternativa, como essa do aumento dos valores de imóveis em relação à antiga pauta que, ao longo dos anos, ficou bastante defasada.

Ainda quero concluir cumprimentando esse trabalho de conscientização dos Srs. Deputados que o Hélio tem feito. Eu não tenho dúvida de que a Secretaria de Fazenda tem uma equipe bastante competente para fazer uma avaliação se a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	21

proposta da política do IPVA zero e, conseqüentemente, a postergação da arrecadação nos anos subsequentes, muito bem dito aqui... Não é uma isenção do IPVA, é uma postergação do IPVA. E não é nem pelo IPVA, e sim porque, na medida em que o comprador vai a Valparaíso, a Formosa, comprar o seu veículo por conta de um IPVA zero, ele está colocando o ICMS dele em Goiás. Não podemos perder o ICMS porque esse cidadão ou essa cidadã normalmente é um empresário ou um usuário ou um consumidor aqui do Distrito Federal. É extremamente pernicioso para Brasília termos frota de veículo adquirida no Entorno.

Portanto, na minha avaliação, a política do IPVA zero no primeiro ano e a sua postergação do recolhimento nos anos subsequentes é uma maneira de se estimular o consumidor e os empresários a adquirirem os seus veículos no Distrito Federal. Essa política tem que ficar absolutamente clara. A política não é de IPVA zero, ela é uma postergação para que a gente não perca o ICMS, que é fundamental pelo parâmetro de gastos que a nossa cidade tem para nós. Até porque é uma injustiça com a cidade, que oferece um nível de pavimentação, um nível de estacionamento, iluminação para a população. Portanto, comprar fora de Brasília, para poder entrar com ele em Brasília, e morando aqui, é uma negação, uma irresponsabilidade, é uma falta de amor e cuidado de alguns para com a cidade onde moram, vivem e criam seus filhos. Isso não podemos aceitar! Isso é moralmente injustificável!

Aproveito aqui para deixar o nosso apelo. Essa é uma política que tem de ser avaliada. Nós pensamos que a princípio ela ajudaria muito a cidade. Deputado Rafael Prudente, vale a pena ouvirmos os auditores para saber se foi uma política pertinente ou não. Muitas vezes, nós erramos e eu gosto de ter a leitura da minha autocrítica, porque o político que foge dos eventuais erros não é um político que amadurece e está pronto a servir a sua cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Eu queria dizer a V.Exa. que o senhor contribuiu muito para esta comissão. Nós estamos com uma equipe anotando todos os registros, todas as ideias, todas as contribuições aqui para depois encaminharmos à equipe econômica do governo.

Eu quero registrar a presença do nosso amigo Deputado Júlio César.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do Sr. Tânio Marques, Diretor da Cardiobras; Denilson Castro, Secretário da Associação Comercial de Ceilândia; Ildemar Antônio Fernandes, Diretor da empresa Bali Automóveis; Magali Giocondo, Diretora Administrativa da Sincodiv; Levi José de Aquino, Assessor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	22

Parlamentar; Paulo Roberto Duarte, Diretor Comercial da Ipanema Segurança; Daniele de Melo, advogada da Brasfort; Brunella Casagrande, empresária da Assemelh Casagrande; Francisco Messias Vasconcelos, Presidente da Associação Comércio e Indústria de Ceilândia; Patrocínio V. de Moraes Neto, Vice-Presidente do INDESP; Luís Gustavo Barra, Diretor da Multserv Segurança; Vandinha da Cruz, mãe do Projeto Nova Vida; Frederico Vasconcelos Oliveira, empresário; Lucileide da Silva, vigilante da Ipanema.

Eu registro a presença também, pois o estou vendo aqui, do nosso amigo Dieter.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Peço escusas pelo atraso à organização da comissão geral. Agradeço ao Deputado Rafael Prudente, pois na comissão geral a gente não tem, por Regimento, a obrigatoriedade de usar o terno, principalmente em tempos de calor, não é Deputado Prof. Reginaldo Veras?

Ontem à noite, o Deputado Rafael Prudente me avisou e eu não poderia me furtar em estar aqui presente. Venho do setor produtivo. Sou Parlamentar, eu e o Deputado Rafael Prudente viemos do setor produtivo de serviços, mas, quando somos eleitos, passamos a representar todo um segmento; pois aqui não há o segmento a, b, c ou d.

Eu gostaria muito que a Deputada Celina Leão estivesse aqui para escutar a minha fala. Vim do setor de terceirização e estou vendo muitos companheiros aqui da época de sindicato, do qual não mais faço parte, como os presidentes dos dois sindicatos: o Antônio, que era vice, se não me engano; o Irenaldo, que foi reeleito; há outros diretores de sindicatos aqui; companheiros de cinco anos atrás, quando eu vim com muito orgulho do setor de serviços.

O ano é muito difícil. Está tudo muito difícil, mas o setor de terceirização... Desculpem-me o setor de comércio e os outros que não dependem de uma forma mais direta ainda do governo, porque no setor de serviços a contratação é num importe de 80%; para quem não sabe, a empresa não tem o condão de poder parcelar. O Poder Público pode, o TCDF o faz, e fiquei sabendo que o governo pagou hoje os servidores, ótimo, em uma parcela só. Mas muitos empresários, o sindicato principalmente, têm procurado todos os gabinetes aqui sem exceção. Tanto o é que a Presidente da Casa citou o setor, mas ele está morrendo. Empresas sérias de trinta, quarenta anos não conseguem mais arcar com suas obrigações. Nem BRB; nem banco privado; nem banco da União, como o Banco do Brasil; nem sociedades



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	23

de economia mista; chegou a um limite em que as empresas não têm mais o que fazer. Ninguém do setor quer gerar caos. No governo passado se deitava no asfalto e passava-se a ter prioridade, mas quem se esforçava e contraía empréstimos... O lucro da atividade hoje é tabelado e não passa de 3 a 4%, no máximo. Para quem contrai o empréstimo, o lucro já se esvaiu. O recebimento a que as empresas têm direito, os fornecedores devidamente empenhados, ou seja, por reconhecimento de dívida, o que também não deixa de ter a nobreza, porque, no governo anterior, houve uma desordem tão grande que teve gente que ainda não teve o empenho, fica num tal de reconhecimento de dívida, e isso é muito ruim. Confesso que estou muito preocupado com o setor de onde vim com muito orgulho.

Eu gostaria muito que o Deputado Chico Vigilante estivesse aqui também, pois ele tinha uma representatividade muito grande no governo passado e poderia ter ajudado muito mais o setor de onde ele fala que, de 1970 e alguma coisa, de associação, coisa que já estou careca de saber aqui, já estou de saco cheio, mas ele poderia ter ajudado muito mais. Principalmente na questão das repactuações, que nada mais é do que se passar o que uma empresa tem. Ela ganha uma licitação, que hoje é por pregão eletrônico, na maioria das vezes, porque há uma competitividade maior. A empresa mantém o fornecedor, mantém aquele valor real; senão, a cada ano, o preço vai se tornando inexequível e aí não tem outro cabimento, porque a empresa some, desaparece, e o Distrito Federal, a União paga duas vezes, porque há o Enunciado nº 331, do TST, que trata da responsabilidade subsidiária. Creio que o Distrito Federal está numa mão muito interessante sobre as novas exigências de contratação. Eu creio que isso vem de decisões dos tribunais de contas, não só o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu acho que tem que se exigir uma documentação maior. Se existe responsabilidade subsidiária na terceirização, o Estado tem que se precaver para que ele não possa pagar duas vezes sobre um valor. Não pode haver esse risco. Eu acho que as exigências devem existir desde que não afete a ampla participação, a competição, a forma, a lisura e, logicamente, a publicidade de todos os processos licitatórios.

Eu falei um pouco do setor, mas o meu papel aqui é falar de uma maneira genérica. O setor do comércio está aflito nas questões dos impostos. Graças a Deus, esta Casa... eu estive ausente, porque não concordava com os impostos que foram aprovados aqui nesta Casa. Precisava haver treze Deputados em plenário e foram doze votos favoráveis. Sou muito preocupado. Estou aguardando a nova medida do governo para o IPTU. Da forma proposta, não era 20%. Eu não sou nenhum economista, mas, graças a Deus, nós temos a assessoria para isso. Num estudo feito, havia impostos, em algumas localidades, que chegavam – pasmem – a aumento de 700%.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	24

O círculo vicioso de qualquer crise é alimentado, tenho a impressão, pelas decisões equivocadas. A América Latina é cheia de exemplos dessa natureza. Não sou especialista, como disse, em economia, mas sou um cidadão que sente os efeitos de estratégias equivocadas que terminam por onerar ainda mais o alto custo de vida do nosso País.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, nos ensina que a economia é uma derivação da ética e não uma mera técnica de administração das intenções humanas. Uma lógica que, parece, vem sendo negada por gestores públicos. O resultado não poderia ser outro: desde 2009, o Brasil experimenta baixos índices de crescimento e redução do PIB quase que pela metade.

Gestões desastrosas não é, necessariamente, produto de más intenções. São, algumas vezes, falta de visão sistêmica ou mero erro de foco. Então, procurar culpados, me parece, não contribui para a solução. Nós aqui desta Casa temos de procurar a solução imediata disso. Eu acho que, para os culpados, nós temos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para cuidar disso. Nós, Parlamentares, podemos apenas informar a esses órgãos. Acho que temos de nos ater a isso. Também não pode fazer parte da equação colocar no bolso da população do Distrito Federal a conta a ser paga para sanar o desequilíbrio econômico causado por administrações mal sucedidas. Até quando isso vai se formar como uma mera desculpa?

Como eu disse no início, tenho a impressão de que o círculo vicioso da crise é alimentado pelo excesso de boas intenções por trás das ideias ruins. O sociólogo Roberto da Mata, ao comentar a adoção das teses iluministas no Brasil – o Deputado Rafael Prudente pediu para eu participar e eu me preparei ontem à noite –, disse que elas seriam boas ideias fora do lugar. Eu me aproprio da expressão para dizer que onerar o setor produtivo e majorar impostos que penalizam o cidadão podem até ser boas ideias, mas estão fora do tempo e do lugar.

Como eu disse, não sou especialista em economia. Minha formação é jurídica, mas nós, Parlamentares, temos que entender de tudo um pouco. Mas acredito que a melhor maneira de gerar receita para o Estado, como disse a Presidente desta Casa, é exatamente incentivando o setor produtivo, e não aumentando os impostos. Por que o Distrito Federal não tem grandes fábricas, fábricas de veículos?

Eu sempre pergunto em meus discursos nas cidades – não tenho nada contra goiano, sou Deputado Distrital e defendo o Distrito Federal e o Entorno, que é uma sequência do Distrito Federal –: por que nós não temos fábricas de veículos? Quando compramos um carro da Hyundai, vemos uma carreta passando. Ela tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	25

que ir a Anápolis, nem desce o carro. Recolhe lá o ICMS, o imposto, e vem para cá. Depois, só há a parte da substituição tributária – desculpem-me, não sou especialista – com que o Distrito Federal fica com a venda do veículo.

Parece que o governo quer tirar o IPVA zero. Será que vou ter que voltar a comprar carro em Goiânia? Meu antigo carro era de Goiânia, porque mesmo sendo Deputado Distrital, eu também sou cidadão. Se há um estado aqui vizinho que me dá oportunidade de comprar um veículo, um bem para a minha família, e eu só preciso pagar o IPVA no segundo ano, por que eu o compraria aqui no Distrito Federal? Eu acho que o Estado deveria estudar um pouco mais essa ideia, que não é uma ideia interessante. Aquilo que a gente aprovou na legislatura passada foi um avanço.

Quando penalizamos exatamente a ponta desse processo, paramos toda a cadeia virtuosa e ampliamos ainda mais a crise, retirando dinheiro da circulação e reduzindo a arrecadação tributária. É o que está acontecendo: lojas fechando. Eu preciso dizer, Presidente? Hoje não é negócio ter loja em entrequadradas, eu só vejo lojas fechadas, o comércio fechando, e a tendência é piorar.

Por isso foi brilhante a ideia do nobre Deputado Rafael Prudente, e corajosa. Muitos Parlamentares, até que já passaram por aqui, às vezes falam: “Você vem do setor produtivo e vai fazer uma comissão geral, uma audiência pública?” Por que não? Se um sindicalista vem aqui representar, com toda a sabedoria, um setor da classe dos trabalhadores, por que o setor produtivo não pode também fazer algo para mostrar à sociedade? Quem gera emprego e renda para os trabalhadores – para que tenham até sindicatos, e os sindicatos recebam a verba que é inerente à atividade deles por força de lei federal – é o setor produtivo. Se o setor produtivo vai mal, a classe trabalhadora vai de mal a pior.

Esse exemplo do Deputado Rafael Prudente tem que ser seguido aqui, e eu o parabeno mais uma vez por isso. Nós temos que defender o setor de uma maneira genérica. Lógico que quando somos oriundos do setor de serviços, temos uma proficiência maior em falar sobre isso. Não é à toa que, enquanto Parlamentares, temos a honraria de conhecer o Dr. Cleber, da Associação Comercial, e poder defender também o setor produtivo e a empregabilidade. Isso é muito importante.

Na sessão ordinária que tratou justamente sobre a discussão do leilão das dívidas – que, para mim, é um projeto de calote – eu acho que, se houvesse um consenso, ele já teria sido votado. Minha luta dentro desta Casa é que o governo – logicamente, com conversa, entendimento – retire esse projeto porque ele é injusto com o setor produtivo, que não tem nada a ver com uma sociedade em função de governo a, b, c ou d.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	26

Se pegarmos certos setores, a terceirização tem um lucro que oscila entre 3% e 5%, que já foi para o espaço porque com um atraso desde setembro – não sei, os presidentes dos sindicatos vão poder falar com mais exatidão –, isso aí já foi. O que se tem a receber é para cobrir rombo em todas as empresas. É isso que tem que ser feito, como todos os outros setores.

Vamos falar aqui de uma maneira muito clara. Para quem vem do setor de obras, uma obra pode parar. A maioria tem empregados que são temporários. E o setor de mão de obra terceirizada continuada, como é que faz? O que o Ministério Público do Trabalho fala? O que os presidentes do Tribunal Regional do Trabalho falam? A lei é muito clara: se atrasar o salário, multa de 127 reais por funcionário, imediato. Se o funcionário atrasar, contrair empréstimo, como é que faz? Então, isso tem que ser discutido.

A Deputada Celina Leão, como representante de todos os Parlamentares e também do setor produtivo, de toda a sociedade, tem que olhar para esses servidores terceirizados, que nada mais são do que pessoas importantes. Quando há greve de servente, aí lembramos do servente; quando os bancos fecham, lembramos dos vigilantes; quando os hospitais viram um caos, lembramos dos vigilantes e dos empregados terceirizados como um todo.

Houve uma discussão nesta Casa na data de ontem, na qual não pude estar presente. Tentei ainda chegar, mas a sessão já havia encerrado. Aqui existe uma pluralidade de entendimento. Temos que respeitar todos os Parlamentares, mas eu acho que os Parlamentares têm que entender que eu, enquanto Parlamentar e como todos aqui, tenho que defender o servidor público. Isso é óbvio. Um Parlamentar que não defender o servidor público não tem o direito de estar aqui. O servidor público faz atividade finalística do estado.

Eu sou contrário à terceirização em atividade finalística, atividade-fim do estado. Porém, a terceirização é algo irreversível no mundo de hoje, da competitividade, na questão de o setor produtivo prosperar. As concessionárias devem ter terceirização, acho que é uma forma de focar na atividade principal. Qual a atividade principal do Estado? A atividade principal do estado é servidor público.

O Deputado Prof. Reginaldo Veras sabe o que estou dizendo. No dia em que forem terceirizar professor da rede pública, Deputado Prof. Reginaldo Veras, conte com o meu voto para brigarmos contra. É justamente isso. Às vezes as pessoas distorcem o discurso nesse sentido, mas temos que entender isso.

O setor de terceirização hoje tem que estar de igual em prioridade com o servidor público, senão pior, porque as empresas têm uma legislação que o Estado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	27

não tem: a questão de multa. Se há uma paralisação, o contratante, o tomador de serviço não quer saber, a empresa não recebe. Porque se fosse assim: “não recebo, não pago”, era bom demais.

Eu venho do setor, estou afastado há cinco anos, mas sei o sofrimento que muitos aqui estão passando. Não querendo desmerecer o comércio, no comércio tem que se estudar muitas coisas. Como eu disse, a terceirização depende desse pagamento de uma maneira praticamente direta. Noventa por cento do que as empresas de terceirização pagam é para salário e encargo. O comércio tem que ver a questão de segurança, a questão de imposto, tem que ficar muito atento às movimentações desta Casa, e eu coloco meu gabinete à disposição nesse sentido.

Prometo que vou ser breve aqui. Não podemos juntar a esse estado de coisas a majoração dos impostos. Que contrapartida o Estado está oferecendo aos cidadãos? É socialmente injusto cobrir os cofres públicos com dinheiro suado do trabalhador e do setor empresarial. Leilão de dívida, como eu disse, é calote em quem trabalha pelo desenvolvimento da nossa cidade. É a quebra do ditado mais antigo e acertado de nossa sabedoria popular: o combinado não sai caro.

A proposta de aumento de imposto e de leilão da dívida é a mudança da regra no meio do caminho. É mudar regras com o processo andando, o que gera desconfiância, afasta investidores desta cidade, reduz capacidade de geração de emprego e renda, reduz a receita tributária por uma via oblíqua do Estado e agrava ainda mais a crise. Precisamos fazer esse debate com o cuidado que o setor requer, sob pena de mantermos a lógica que citei no começo deste texto: decisões equivocadas alimentando o círculo vicioso e ampliando o espectro da crise.

Nós Deputados distritais estamos prontos para colaborar com o governo. Aqui é uma questão de colaboração com o equilíbrio que beneficia o povo para buscar soluções que não façam o povo pagar a conta dos erros de governantes. Eu acho que está bom de parar de inventar desculpas, e tentarmos começar a resolver a situação. O governo pagou aos servidores e abriu mão da ARO, porque uma proposta exigia 15% de juros. O setor da terceirização já está pagando mais do que isso em função dos empréstimos. Pode? A lei do leilão de dívida não seria um enriquecimento ilícito do Estado e uma covardia com alguns setores que estão amargando prejuízo em cima de prejuízo?

Por que não vê um certo cronograma, como disse a Deputada Celina Leão – eu vou conversar com ela, com o setor – para que, realmente, a gente possa usar o Poder Legislativo para que se tenha um cronograma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	28

O diretor de um sindicato me abordou aqui. Tudo bem se não dá para pagar tudo de uma vez, mas, então, que pague a parcela atual dos serviços continuados, desde que haja legalidade, tudo dentro de um regramento, e que pague também alguma parcela em função de um passado, se houver também a legalidade. Eu não posso falar aqui de a, b, c ou d. Sei que tudo tem de estar dentro da legalidade e o serviço tem de ter sido devidamente prestado.

Essa é a minha contribuição. Peço desculpas porque não tive a oportunidade de me preparar a contento, porque o Deputado Rafael Prudente só teve o requerimento aprovado no meio da sessão ontem. Chamei a atenção até da minha Assessoria, porque o tema era muito importante. Portanto, gostaria, nesse sentido, de agradecer ao Deputado Rafael Prudente por ter me convidado.

O Gabinete 19 está de portas abertas para vocês. Muitos diretores de sindicatos e presidentes eu encontro nessas andanças. Entendo e sinto o que vocês estão sentindo, o setor produtivo também, mas peço vênia ao setor do comércio. Se um dia essa terceirização não dependesse desse caos que se instala pelas atitudes de governantes irresponsáveis, seria muito interessante para o setor de terceirização. Infelizmente, isso não acontece.

De igual modo, estou aqui à disposição para defender uma discussão mais ampla. Se tiver de ter algum aumento de imposto ou taxa, que seja amplamente discutido, nada sendo aprovado de maneira açodada, até mesmo porque todo aumento que aprovamos, Deputado Lira, só vai refletir em 2016. Para que essa pressa? Para quando acabar o caos os Parlamentares perguntarem: para que isso? É sobre isso que temos de refletir.

Eu ia citar todos aqui, mas não vou fazê-lo, vou parabenizar a todos os presentes na pessoa do nobre Deputado Rafael Prudente, o mais jovem Deputado – não conhecia S.Exa., conhecia mais o irmão dele por ele ser bem mais jovem, eu tenho 36 anos, ele tem 31 –, pela experiência e pela proficiência dos atos, pela firmeza. Acho que temos que ter nesta Casa firmeza. A política precisa disso.

Temos que pensar nas nossas defesas e ter a possibilidade de fazer isso com a participação de todos os nossos colegas aqui presentes. Saúdo aqui o Deputado Lira e o Deputado Reginaldo Veras, respeitando a diferença de cada Parlamentar. Cada Parlamentar tem uma habilidade aqui nesta Casa. É por isso que esta Casa representa os aproximados 2 milhões de habitantes do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Robério Negreiros. Muito obrigado a todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	29

V.Exa. não precisa se preparar, porque já é muito preparado. Agradeço a V.Exa. por todas as colocações. Tenho certeza de que engrandeceu, e muito, o nosso debate.

Quero registrar a presença do Deputado Lira.

Passo a palavra ao Sr. Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada – SINDESP, Irenaldo Lima.

SR. IRENALDO LIMA – Boa tarde a todos, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rafael Prudente; meu amigo Vice-Presidente da Contabilidade, Sr. Adriano Marrocos; meu amigo e presidente – nós sempre fazemos a nossa assembleia em conjunto lá, Sr. Antônio Rabelo, Presidente do Seac/DF – Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal; Sr. Hélio Rodrigo, Diretor do Sindicato das Concessionárias, o qual tenho o prazer de conhecer; meu amigo, Cleber Pires, que conheço há muito tempo desde a época das concessionárias da Cidade do Automóvel; senhoras e senhores, diante do que foi falado aqui pelo Sr. Antônio Rabelo, pelo Deputado Robério Negreiros e pelo Deputado Chico Vigilante, eu vou pedir ao meu vice-presidente, o Patrocínio, e a um dos diretores do nosso sindicato, o Luís Gustavo, para não ler o que colocaram aqui porque já foi dito.

Eu só queria dizer, Deputado, que nós temos ali, sentados no fundo, cerca de 350 milhões de créditos que o GDF deve àquelas empresas. Temos uma preocupação com a folha de pagamento amanhã dos nossos colaboradores. Isso muito nos preocupa. Nós temos colaboradores dentro das empresas que recebem, mas que não estão recebendo em dia por causa dessa falta de compromisso com as empresas. Eu venho, desde segunda-feira, tentando falar com o Procurador do Ministério Público, Dr. Sebastião Caixeta – consegui hoje pela manhã ficando na porta da garagem – para pedir que ele chame o Secretário de Saúde lá naquela Procuradoria para que se cumpra a promessa de pagar as empresas que prestam serviço na Secretaria de Saúde.

Nós temos ali, Sr. Presidente, empresas sérias. Houve uma audiência lá no Ministério Público em que uma Secretária-Adjunta da Saúde chamou uma empresa – permitam-me falar o nome, a empresa Ipanema – de irresponsável, porque ela não vinha pagando o salário de seus colaboradores em dia. Eu, como Presidente do Sindicato, me senti ofendido e disse que irresponsável era o governo dela por não estar cumprindo sua obrigação.

Eu estou citando aqui a Ipanema, que é uma empresa com 40 anos de mercado, que sempre cumpriu com as suas obrigações. Enquanto eu for Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	30

do Sindicato, qualquer pessoa, seja ela autoridade pública ou não, que vier a qualificar uma empresa de leviana ou de irresponsável vai nos obrigar a agir. A preocupação que temos, portanto, é a de nossos colaboradores não estarem recebendo em dia os seus pagamentos pela falta de compromisso do governo.

Existe uma ata do Ministério Público, na qual o governo se propôs a cumprir rigorosamente em dia com seus pagamentos nos meses de janeiro e fevereiro. Até a hora que eu saí hoje do sindicato, isso não tinha sido feito ainda. A nossa preocupação também é que, quando os colaboradores não recebem os seus pagamentos, eles pagam as suas dívidas com juros, tornando-se uma dificuldade maior.

Então, Sr. Deputado, o que eu peço é que os senhores aqui nesta Casa nos ajudem porque, como diz o Dr. Germano, a coisa está feia. É difícil. A folha já é amanhã e é difícil a gente não conseguir arrumar dinheiro para pagar os nossos colaboradores. O trabalhador não entende isso, ele trabalhou e quer receber. A gente vê que as empresas ficam correndo de um lado para o outro para ver se conseguem arrumar esse dinheiro. Fizemos várias propostas para o governo em 2014, quando chamamos o BRB, Deputado, para que fizesse uma linha de crédito com juros menores para as empresas. Deputado que representa a classe dos professores, o BRB abriu uma linha de crédito com juros menores para os professores. Nós entramos também com essa solicitação pedindo. No BRB, quando a gente calça uma nota do GDF pedindo adiantamento dessa nota, eles nem nos recebem. Antigamente, quando a gente chegava num banco do Estado, nós tínhamos *cappuccino*, café, biscoito; hoje, nem água a gente toma porque eles não aceitam.

A minha colocação seria só essa. Eu espero, Deputado, ser chamado aqui mais vezes. Depois que essas nobres pessoas falaram, fica até difícil a gente se expressar. Eu só queria por último, como eu não sei qual será o dia em que seremos chamados novamente aqui, pedir uma salva de palmas para as mulheres em comemoração ao dia delas, que será no domingo. Eu convido todas que quiserem a participarem de um café da manhã. O convite será colocado no *site* do sindicato.

Eu agradeço muito pela oportunidade, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Quero agradecer aqui as palavras do nosso Presidente do Sindicato das Empresas de Segurança, Irenaldo Lima.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente do Conselho de Contabilidade, Sr. Adriano de Andrade Marrocos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	31

SR. ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS – Sr. Deputado Distrital, Rafael Prudente, a quem agradeço pelo convite e parabenizo pela ação. É bom lembrar que nos conhecemos já há muitos anos. E é bom reencontrar, nesta mesa, tantos amigos: Cléber Pires, da associação comercial; Sr. Hélio, da Brasal, onde eu comecei uma das minhas primeiras atividades laborais, como auditor daquele grupo; Antônio Rabelo e Irenaldo, presidentes de sindicatos de áreas de serviços tão importantes. Inclusive há um excelente contador prestando serviços a eles. E, em nome dessa classe contábil do Distrito Federal, eu gostaria de trazer algumas palavras e contribuir um pouco com essa discussão.

Como contador e profissional ligado diretamente à gestão das empresas e, ao mesmo tempo, a gestão pública – porque temos contadores dos dois lados, além dos nossos colegas auditores e peritos –, conhecemos bem os números e estamos muito preocupados. Algumas propostas que já foram tratadas ou abordadas de uma forma, nós queremos ratificar.

Sobre o combate à informalidade. Esse é um grande problema que os empresários enfrentam hoje; uma concorrência desleal, uma concorrência com produtos originários de contrabando; uma disputa, uma concorrência com pessoas que não estão contribuindo de forma igualitária para a arrecadação dos estados. Portanto, não basta apenas fechar empresas porque não têm alvarás. É importante fiscalizar aqueles que estão agindo de forma ilegal e prejudicando o desenvolvimento da nossa cidade.

Uma outra contribuição é buscar a ampliação da massa de contribuintes. Quando nós falamos em penalizar empresas com aumento de carga tributária, atingimos diretamente a geração de renda e a consequente distribuição de renda. As empresas são as responsáveis, por um lado, por distribuir renda aos empregados, para que eles possam ir até o comércio, até o mercado, e, por outro, por pagar os impostos, para que o governo também possa funcionar.

Então, nós estamos no fogo cruzado que as empresas de serviços hoje enfrentam bastante, que é não receber e ter de pagar e ainda receber como penalidade as ofensas que vem sendo ditas e divulgadas pela mídia. E o comércio também se ressentido.

Eu não vou tomar as palavras do Presidente Cléber, mas o parlamentar que ainda não conseguiu identificar essa situação vindo de sua casa para cá, basta circular pela W3 ou pelo Setor de Indústrias, e tentar, em uma folha de papel A4, anotar todas as faixas e telefones de “alugo” e “passo o ponto”. Se couber em uma folha, nós já estaremos melhorando bastante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	32

Eu gostaria, mesmo diante da ausência dos dois Parlamentares, discordar do Deputado Wasny de Roure, que conheço de longa data, inclusive na época da Secretária de Fazenda, porque o cenário é realmente de dificuldade. Então, é um cenário de recessão, é um cenário de falta de recursos. Mas nós não podemos privar investimento em detrimento de manutenção de custeio. Por isso, é importante agora que o governo – e ele se referiu a uma reunião de que participou no âmbito federal – continue investindo e reduza o seu custeio, porque o investimento fará com que as empresas continuem funcionando. As empresas funcionando, continuarão arrecadando os seus impostos, e não o contrário. Aí realmente você mata a galinha e ainda fica sem os ovos.

Eu gostaria também de pedir ao Deputado Chico Vigilante que reveja a sua posição. Ele fez um comentário sobre o leilão de dívidas, em que deveriam ser pagas as dívidas daquelas empresas que estão com seus impostos em dia. Realmente, a lei determina que o governo só pode pagar para quem está em dia, mas estamos vivendo uma situação difícil, uma situação diferente.

Hoje, afirmar que os empresários – notadamente os da área de serviço e até os das empresas de ônibus, que também enfrentam dificuldades – não estão pagando seus impostos, não estão deliberadamente pagando, mas estão se esforçando para manter o salário dos seus empregados em dia.

Então, é importante avaliar bem a situação antes de tomar uma decisão que inviabilize de vez o pagamento para essas empresas. Não podemos, como o Deputado bem citou, tratar diferentes da mesma forma. Precisamos entender e conhecer bem a situação.

Enfim, nós somos contra aumento de impostos, porque eles assolam as empresas e retiram renda das famílias, sem contar que levam, num segundo momento, à diminuição da arrecadação pelo governo.

Como sugestão, ou como posição, queremos acompanhar a manutenção do IPVA do carro 0km nas condições atuais, porque, além da questão do ICMS, que eu ia tratar aqui – o Deputado Wasny de Roure nos antecedeu e deixou uma explicação realmente bem clara, bem sólida –, nós ainda temos o fato da geração de renda para os empregados dessas empresas. Vamos lembrar que esse dinheiro é o mesmo dinheiro que circula e que gera arrecadação tributária. Não fosse apenas diretamente a arrecadação do ICMS aqui para a cidade, as pessoas iriam se beneficiar com suas comissões e salários, iriam gastar o dinheiro, num segundo momento, ainda em outro estado. Então, precisamos realmente manter esses recursos aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	33

O IPTU não deve ser majorado. Realmente isso causa impacto nas famílias, em quem tem pouco dinheiro. Quem pode se dar ao luxo de pagar a sua conta do IPTU sem ter aproveitado a Nota Legal ou outro benefício hoje não é a grande parte da população.

Sobre a TLP, assunto que também está em pauta, a taxa é remuneração por contraprestação de serviço. Eu gostaria de propor, Deputado, que houvesse uma defesa explícita nesta Casa sobre a qualidade do serviço que é prestado em decorrência da arrecadação da TLP. Realmente, se nós entendermos que a qualidade de serviço merece uma majoração, aí poderemos discutir o assunto. Taxa tem de ter contraprestação de serviço à comunidade; se não tem, o problema não está na taxa, está no serviço.

Não está na pauta, mas o ITBI também foi apresentado com majoração. A majoração do ITBI nos preocupa, porque um dos percentuais que foi apresentado de majoração era somente para imóveis acima de 250 mil reais. Agora, em Brasília, há uma grande massa de imóveis abaixo de 250 mil reais? Porque este seria um benefício: ou permaneceriam em 2%, ou iriam reduzir. Ora, estamos diante de um aumento de arrecadação que impacta diretamente nas negociações de imóveis. Como eu disse, o ITBI não está em pauta, mas merece a mesma discussão.

Mais ainda, na condição de cidadão, queremos registrar que o que queremos ver é redução de gasto. Nós passamos por essa situação: às vezes, quando deixamos de ter um recurso em casa, buscamos, por um lado, fazer uma hora extra, trabalhar mais para ganhar mais dinheiro, mas, por outro lado, buscamos de onde cortar os gastos. É assim que orientamos as famílias: faça uma lista, anote os gastos, tente cortar aquilo que é desnecessário.

Nós gostaríamos muito de ver não apenas o governo, mas o engajamento dos três poderes, tanto do Legislativo quanto do Judiciário, de forma explícita, com a participação da população, com a sociedade civil organizada, discutindo a redução do gasto da máquina pública. Não venham nos falar que apenas vão reduzir cargos, porque não vai ser só na redução de pessoal. Precisamos positivamente ampliar as economias e combater o desperdício, porque, no desperdício, também vai muito recurso.

É importante, nesse momento de crise ou de cenário negativo, todos poderem se engajar na busca por soluções.

Eram essas as minhas contribuições, em nome do Conselho Regional de Contabilidade, dos mais de 15 mil profissionais que atuam na área contábil, em Brasília, e eu gostaria de deixá-las registradas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	34

Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado.

Agradeço aqui as colocações do nobre amigo Adriano de Andrade Marrocos.

A nossa Presidente da Casa, Deputada Celina Leão, em um determinado momento, falou a respeito de sonegação fiscal. Tivemos aqui uma audiência que tratou das metas fiscais, em que eu disse ao Secretário de Fazenda – o Secretário de Planejamento estava também presente –, que no Distrito Federal acontece um fenômeno em que prestadores ou fornecedores de serviços ao GDF, algumas vezes, faturaram dez, onze, vinte milhões de reais por ano. Sabemos que, de acordo com a legislação federal, para uma empresa se enquadrar no Simples Nacional, é necessário que ela fature até três milhões e seiscentos mil reais, se não me engano. Então, está aí uma grande falha, e esperamos que isso seja revisto.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente da Associação Comercial de Brasília, Cleber Pires.

SR. CLEBER PIRES – Senhoras e senhores, boa noite. Em nome do Deputado Rafael Prudente, cumprimento toda a Mesa. Eu gostaria de dizer a todos que falo com total isenção, por estar aqui representando a verdadeira classe trabalhadora. E, se eu pudesse intitular o empresário, eu o chamaria de herói. Gerar emprego em um país como o Brasil, enfrentar uma crise em uma cidade como Brasília e poder fechar o semestre de portas abertas não é fácil. Sugiro aos Srs. Parlamentares que encaminhem um título de herói a todos esses empresários.

Eu gostaria de fazer só um comentário, que já está explícito na mídia. O Plano Piloto, em especial, aumentou em 4,5% o número de lojas fechadas, de março a dezembro do ano passado. Apenas no Plano Piloto, de um universo de 10.190 lojas, houve o fechamento de 2.290 lojas, em pavimento térreo.

Recentemente, mandamos fazer um levantamento no Setor de Indústrias e verificamos que a crise atingiu, em um primeiro momento, o micro e o pequeno empresário. Naquele setor, das 338 empresas abertas, 68 estão fechadas. São 17% do comércio médio e grande. Empresas com dez mil metros, quinze mil metros, pioneiras, que geravam mais de mil empregos, encerraram suas atividades.

O empresariado é visto, por boa parte dos estados, pelos governantes e, às vezes, pela sociedade como bandido. Lugar de bandido é na cadeia. Ele não abre as portas. Aquele que está inadimplente não é um sonegador. Ele informou o débito e deixou o seu imposto como segunda opção porque tem duas alternativas: ou ele paga ao funcionário ou ele parar nos tribunais, com muita brevidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	35

Faço, portanto, um apelo a todos os Parlamentares – estou vendo aqui o Deputado Lira, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Robério Negreiros e o próprio Deputado Rafael Prudente: olhem com muita atenção para o que estão fazendo com o empresariado do Distrito Federal.

Há uma frase que não é minha: “Governar é estabelecer prioridade depois que se ouviu o povo”. Dificilmente esta Casa ou o governo irá errar se ouvir o povo. Não podemos, de forma alguma, levar para a nossa história, passar para outras gerações o que deixamos acontecer com a nossa Capital. Eu digo com muita propriedade: o meu problema está resolvido; dos meus filhos, também. E dos nossos netos? Que situação espera por eles, com mais de 20 mil desempregados simplesmente no Plano Piloto, com o número que há de lojas fechadas, com mais de dez mil estabelecimentos dentro do Distrito Federal? Há região administrativa em que 37% dos estabelecimentos estão fechados e, pasmem, por algumas questões minúsculas: falta de segurança pública, falta de estacionamento público e a alta carga tributária.

Agora, muito me estranha que, quando se aumenta o número de empresas fechadas, aumenta naturalmente o número da arrecadação. Observem todos a eficiência do estado. O painel da Associação Comercial, que nunca foi contestado, está lá, batendo 340 bilhões de reais de arrecadação do dia 1º de janeiro até a data de hoje.

Como o Marrocos bem disse, se se enxugar a máquina, se se utilizar o nosso painel, que, mais uma vez deixo aqui, de público, está lá, à disposição de todos os senhores, para se mostrar o gastômetro, onde se aplicou o nosso recurso, com toda certeza, toda a cidade irá aplaudir.

Eu gostaria, Deputado, de deixar aqui esse registro, em nome da associação comercial, e um apelo a todos os Deputados – e iremos divulgar o comportamento de cada um. Só temos um meio de divulgar: na rede social e no nosso *site*: não podemos jamais permitir que mais uma vez a sociedade brasiliense e a brasileira, que o empresariado venha a ser penalizado, quando é apresentada a fatura de uma conta que ele não fez. O aumento, mais uma vez, de imposto quer dizer falência múltipla das empresas. Não tenho dúvida nenhuma de que o empresariado de hoje será o desempregado de amanhã. Fizemos um levantamento e, até o meio do ano, no ritmo em que se está – isto será divulgado e quem viver verá –, cinco por cento do comércio do Distrito Federal irá desativar as suas atividades. Primeiro, a conta: apague a luz, diminua o consumo de água, dê férias para o funcionário. Ao retornar, demite-se o primeiro, demite-se o segundo, entra-se na inadimplência, encerram-se as suas atividades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	36

Eu gostaria, ainda, de deixar um outro apelo aqui, em nome – eu diria – de toda Brasília, não simplesmente do setor produtivo: quem é que deixou de pagar um imposto em sua vida, por um desejo próprio, com dinheiro no bolso? Ninguém. Vem aí o Refis. Temos conhecimento de que há uma pressão contrária de alguns Parlamentares em não aprovar esse projeto. Seria um ato de covardia com a cidade, com todo cidadão. Acho que o Parlamentar, independentemente de partido, tem um papel social, tem um papel com a cidade, com Brasília. Já conversei com diversos Deputados e vou bater na porta de um por um. Este será o momento de a Câmara Legislativa resgatar bilhões, de dar condições à sociedade... de o governo resgatar bilhões de reais que talvez estejam perdidos por aí. Essa isenção da multa de um tributo irá, naturalmente, cancelar muitas e muitas empresas a estarem adimplentes, inclusive para buscar suas linhas de crédito, voltar a gerar emprego, receita para o Estado e a movimentar o comércio, que está literalmente falido.

Possivelmente, alguns dos Srs. Parlamentares, em determinado momento, enxergue que o setor produtivo é órfão nesta Casa. Não temos padrinho, e quem não tem padrinho, às vezes, morre pagão.

Eu quero lançar um desafio às demais entidades. Metas da Associação Comercial: irei mobilizar o maior número possível de entidades patronais para que, juntos, venhamos a discutir entre nós qual o comportamento que nós iremos adotar diante da Câmara Legislativa e diante do Governo do Distrito Federal. Todos os Srs. Deputados serão nossos convidados. Acho que nós temos que abrir, sim, o diálogo com a sociedade, e ninguém melhor do que quem está do outro lado, como sociedade organizada, como quem faz história nesta cidade, como quem gera emprego, como quem cuida do social, como quem fomenta o mercado.

Deixo aqui mais um apelo público. Está aqui o projeto encaminhado ao Poder Executivo da criação da Zona Azul. Fator número um dentro do Plano Piloto: falta de segurança pública; número dois: falta de estacionamento público. Esse é um projeto que o governo não precisa investir nenhum centavo e vem arrecadar. Eu faço um apelo a vocês aqui: o que está faltando para esse projeto cair aqui, ser aprovado e colocado em prática? É um desejo das entidades patronais, é um desejo do empresariado, que não consegue hoje facilitar a vida sequer do consumidor para que chegue a suas portas. Nós, hoje, estamos aí à mercê do flanelinha, com todas as áreas públicas privatizadas por pequenos grupos.

São iniciativas dessa natureza, e, como muito bem disse a nossa Presidente, temos que ser audaciosos, estabelecer prioridades. Estamos falando aí da falta de recursos de arrecadação. A Associação Comercial encaminha um anteprojeto. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	37

perguntei a diversos secretários por que não chegou ao Legislativo. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, na hora em que chegar aqui, a sociedade terá resposta.

Eu gostaria de finalizar dizendo mais uma vez que governar e administrar é estabelecer prioridade depois de ouvir o povo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Sr. Cleber Pires.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu disse que não iria falar, mas não posso me calar diante do que foi dito.

Ao primeiro pacote, micropacote ou pacotinho, como eu classifiquei aqui o aumento de impostos, apesar de eu ser da base, posicionei-me contrário. Eu acho que a sociedade não pode pagar pela incompetência do governo anterior, ou seja lá de quem for.

Sou muito resistente a qualquer tipo de aumento de imposto. Eu já deixei isso muito claro ao Governador, minhas posturas são muito claras, voltei a dizer isso a S.Exa. na reunião de segunda-feira, entre alguns Parlamentares da Base e o nosso Governador.

Naquela mesma ocasião, segunda-feira à noite, ele queria que o projeto que trata do Refis fosse colocado em pauta na terça-feira. Concluímos que não era interessante, porque não haveria *quorum* na Casa, e o Governador correria o risco de sair derrotado. Então, achamos por bem assim, e, na próxima terça-feira, o projeto do Refis estará nesta Casa. Foi uma orientação minha. Ainda bem que o Governador a seguiu, dará tempo para negociarmos. Eu o orientei: publicize isso, torne público, chame o setor produtivo para uma conversa. Com base no que o senhor falou, já deixo aqui para vocês: lotem essa galeria na terça-feira. Deputado é vulnerável a pressão. Estão entendendo? Estou há pouco tempo nesta Casa, isto aqui já uma prática corriqueira. Portanto, convoco, convido os senhores para lotarem esta galeria na terça-feira. Vocês têm quatro ou cinco dias até lá para exercer suas influências. Vocês facilmente saberão quem são os Parlamentares contra o Refis, para que isso seja aprovado na terça-feira em caráter de urgência.

Eu peço licença ao Presidente, Deputado Rafael Prudente, para dizer, ainda que seja sobre um segmento distinto do setor produtivo, que andei em várias feiras permanentes essa semana, com destaque para a Feira de Ceilândia, para ouvir os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	38

feirantes a respeito da questão do Simples Candango, que expira daqui um mês. Se expirar e não for renovado, será mais desemprego. O pequeno feirante não terá como aderir ao Simples Nacional, porque o custo para ele é grande, e aí será mais desemprego e mais informalidade na cidade, competindo ainda mais com o setor produtivo do comércio.

Já fiz uma indicação parlamentar *pro forma*, já conversei com o Secretário Adjunto de Fazenda para que isso seja prorrogado o mais rapidamente possível, senão será mais um elemento de caos para o comércio e para a prestação de serviço na cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Quero aqui cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Rafael Prudente, bem como os demais colegas e empresários aqui presentes.

Embora sendo líder comunitário em São Sebastião, que é a minha base principal, eu sempre defendi o setor produtivo.

Durante cerca de oito anos, eu trabalhei lá no Setor de Indústrias, numa multinacional no ramo de importação e exportação, e foi nessa época que comecei a me interessar pelo setor devido à importância que eu compreendi, naquele momento, da questão do DF como um todo e do setor produtivo.

Brasília, como todos sabem, é tida como a capital do serviço público. Só que o estado por si só não tem condições de gerar riqueza, ele precisa dos empresários. E aqui quero falar para o Pires, no que diz respeito ao setor produtivo, que tem todo o meu apoio e que eu vou fazer de tudo junto ao Governador, junto aos meus pares para rever algumas situações da questão dos impostos.

Outro dia, li numa nota no jornal que algumas empresas asiáticas, quando passaram por um momento de crise, os poucos recursos que tinham elas investiram. A solução foi investir. E nesse caso, já que estamos em crise, numa recessão brava, a receita que eu vejo – a receita do bolo – é, justamente, investir no setor produtivo, no setor comercial, no setor de serviços de alguma forma.

E eu quero, mais uma vez, dizer que eu tenho alguns projetos que apresentarei na Casa que vão, de alguma forma, beneficiar o setor produtivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	39

O que percebemos, também, é que, nos últimos tempos, Brasília, além de não incentivar a vinda de grandes empresas de fora para o DF, está perdendo as que tem para os Estados de Goiás e de Minas Gerais. E cada empresa que sai do DF para Goiás ou Minas Gerais significa perda de emprego, significa desemprego aqui no DF. E nós temos que rever isso, porque o Estado sobrevive através dos impostos que são arrecadados nessas empresas. Ao investir no setor produtivo, ao investir na produtividade como um todo, o governo terá retorno com a arrecadação dos impostos.

Então, essa é a posição que acredito que tenha que ser revista de alguma forma. E temos, também, de alguma forma, que equilibrar as contas do Governo. Algumas soluções que vejo e que até já sugeri para o governador, como a regularização de cidades como Vicente Pires, São Sebastião, região do Jardim Botânico e Colorado, porque, só com a regularização de Vicente Pires, o governo poderá arrecadar cerca de 2 bilhões de reais. Eu disse 2 bilhões de reais!

Então, existem várias alternativas que acredito que possam ser trabalhadas para aumentar a arrecadação do governo. Eu, inclusive, estou com alguns projetos que apresentarei daqui a alguns dias, nesta Casa, de que os senhores terão conhecimento e de alguma forma serão benéficos.

Eu quero que os senhores tenham em mim um ponto de apoio. O meu gabinete está à disposição. Eu sou a favor da geração de empregos, e não do desemprego. Até mesmo quando propus aqui uma indicação – e, na verdade, não um projeto –, foi com o intuito de gerar mais empregos e não de desempregar. Como esta é uma Casa democrática, da mesma forma que a gente sugere, a gente pode também não sugerir, pode retirar propostas, se for caso, conversar, debater. Vamos debater o que é melhor para Brasília.

É dessa forma que eu me posiciono nesta tarde. Estou aqui para somar, em todos os sentidos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Lira. Muito obrigado também pelas considerações, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Estamos no final desta comissão geral.

Eu queria, antes de agradecer a presença de todos, só fazer algumas outras colocações. A única forma de aumentar receita não é aumentando impostos. Então, esse foi um debate muito bom para a sociedade. Infelizmente, não tivemos a participação dos demais representantes do setor produtivo que não estiverem presentes, até pelo tempo, porque esta comissão foi aprovada com muita rapidez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	40

Quero deixar mais algumas sugestões ao Governo do Distrito Federal. Se nós temos ineficiências em determinados setores do governo, por que não abrir o debate para concessões e privatizações de determinados setores do GDF? Por que não abriremos e ampliarmos o debate para venda de uma parcela do BRB? Por que a gente não pode engordar os cofres públicos com a concessão ou privatização do metrô, que é deficitário? Por que nós não podemos tratar a CEB, a Caesb da mesma forma que em vários estados do Brasil? Há outras formas de nós incrementarmos o caixa do nosso Distrito Federal, sem ter que aumentar os impostos dos atuais contribuintes.

O que nós temos que fazer é melhorar e ampliar as áreas de desenvolvimento econômico, que estão sucateadas, boa parte servindo mais como cemitério de empresas do que áreas de desenvolvimento econômico. Temos que dar transporte, iluminação, infraestrutura, ampliar para outras áreas de desenvolvimento. Há várias outras formas de a gente aumentar a arrecadação sem ter que aumentar os impostos para os atuais contribuintes. Nós temos é que ampliar a base, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Lira. Uma das sugestões que V.Exa. mesmo colocou foi regularizar algumas áreas que estão irregulares, para aquelas pessoas pagarem seus tributos.

Antes de encerrar a sessão e fazer os agradecimentos finais, eu aproveito a oportunidade para dizer que nós vamos ter, no domingo, o Dia Internacional das Mulheres. Tentamos aprovar ontem nesta Casa um projeto de lei de minha autoria, mas infelizmente não houve *quorum*. Quero ler para vocês: projeto de lei que cria o regime especial de atendimento para a mulher vítima de agressão, no serviço público de saúde, de referência em cirurgia plástica, no âmbito do Distrito Federal, quando o dano físico necessite de realização de procedimento cirúrgico e estético-reparador.

Protocoliei também o Projeto de Lei nº 104, de 2015, que institui reserva mínima de 20% do total de vagas do contingente de pessoal contratado por empresas de vigilância e transporte de valores que prestem serviço ao Governo do Distrito Federal, para novos contratos. Cito uma reserva mínima de mulheres de 20%. As mulheres estão dominando vários mercados, mas, na vigilância, o percentual ainda é muito baixo. Da mesma forma, apresentei o Projeto de Lei nº 150, de 2015, que institui a reserva mínima de 20%, em novos contratos a serem prestados pelo GDF, a mulheres no serviço de bombeiro particular, brigadista e bombeiro civil. Também apresentei o projeto que dispõe sobre o programa distrital de prevenção ao aborto e abandono de incapaz na administração das casas de apoio à vida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 03 2015	15h20min	13ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 142, DE 2015.	41

Antes de encerrar, senhoras e senhores, eu quero agradecer a presença de todos os presentes, dos Deputados que passaram pelo plenário no dia de hoje e deram a sua contribuição. Como eu já disse, tudo o que foi dito aqui vamos repassar para a equipe econômica do governo. Foi muito bom o nosso debate. Então nós temos que encaminhá-lo. Nada mais justo do que quem sente o problema no bolso, na carne, dar sugestões para que o governo possa sair desse problema que está passando hoje.

Eu agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a comissão geral.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Parabenizo o Deputado Prof. Reginaldo Veras pela indicação. Os comerciantes e os feirantes agradecem.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h09min.)